

## CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024

Site/contato <https://revistas.unilab.edu.br/>

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.  
email:leyva@unilab.edu.br.

Dra. Juliana Barreto Farias. Email:  
julianafarias@unilab.edu.br

José Jorge Andrade  
Damasceno -UNEB

Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009) e Mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia (1998) é professor titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, formação profissional e intelectual, escolarização de crianças e adultos com deficiência e políticas públicas; ações privadas; deficientes visuais.

## Cidade memória e literatura: uma história construída a partir de da obra literária *pelos caminhos da vida ... de uma professora primária* de Maria Feijó de Souza.

---

### RESUMO

Aqui se fará uma breve reflexão acerca dos processos de elaboração do texto literário, tendo como base o livro “Pelos Caminhos da vida ... de uma professora primária”, escrito por Maria Feijó de Souza (1918-2001), no qual a escritora procura construir uma história da sua cidade natal, valendo-se de suas reminiscências e utilizando-se largamente de técnicas ficcionais, na tentativa de tirar o caráter autobiográfico de sua empreitada narrativa. A fim de refletir aos leitores uma compreensão de que tomar esta obra literária como fonte para a memória coletiva da cidade é uma possibilidade a ser considerada, na medida em que, ao desenvolver a trama e construir o enredo no qual entrelaça os personagens, a escritora dá ao leitor pistas para identificar circunstâncias, eventos do cotidiano, situações sociais, políticas e culturais da cidade retratada. Isso possibilita a obra literária, em sua função histórica, ser tomada como uma excelente fonte para a pesquisa historiográfica

**Palavras Chave:** fonte histórica; memória e literatura; cidade e História.

.

---

### ABSTRACT

The literary text, based on the book "Pelos Caminhos da vida ... de uma professora primária", written by Maria Feijó de Souza (1918-2001) in which the writer seeks to build a story of her hometown, drawing on her reminiscences and, using largely fictional techniques, in an attempt to take the autobiographical character of her narrative endeavor, so that one can develop the understanding that, taking this literary work as a source for the apprehension of the collective memory of the city, is a possibility to be considered, to the extent that, when developing the plot and building the plot in which it interweaves the characters, the writer gives the reader clues to identify circumstances, everyday events, social, political and cultural situations of the portrayed city, making her literary piece can be taken as an excellent source for historical research.

**Key-words:** historical source; memory and literature; city and history.

..

.

### Apreensão da memória

No já distante ano de 1978, às vésperas de completar sessenta passagens primaveris e, depois de alguns anos de germinação – ou quiçá, após décadas de fermentação mental -, Maria Feijó de Souza Neves, finalmente, traz ao crivo dos seus leitores o seu mais robusto e mais alentado livro, “Pelos Caminhos Da Vida ... De uma Professora Primária”, que, salvo um melhor juízo, foi o mais esperado e controverso romance, em prosa, dentre os vários outros publicados por ela, pois, até então, publicara crônicas, poemas, trovas, em pequenos volumes e com sabores adocicados de saudade e lirismo. Possivelmente, aquela obra, escrita cerca de dois anos antes do seu lançamento, tenha sido a de mais longa e trabalhosa elaboração, pois, já em 1972, ao trazer a público o seu feixe de “crônicas Evocativas de Alagoinhas”, Maria Feijó afirmava estar escrevendo uma obra que, como dissera, já era por muitos aguardada e, ela mesma, já se encontrava ansiosa por ver aquela produção literária, por fim, consumada e apresentada ao público leitor.

Trata-se de uma obra alentadíssima, e conforme adverte a sua autora, a obra é de caráter ficcional, cuja leitura exige daquele que se aventure a descortinar as suas mais de oitocentas páginas de narrativa feita quase de um só fôlego, uma capacidade de apreensão de textos densos e uma vontade de aprofundar-se no tema que ela se propõe a descortinar em cada uma de suas linhas e precisará se dispor a percorrer junto com ela, representada pela suas personagens escolhidas para fazer o trajeto das professoras primárias, enveredando-se pelos seus “Caminhos da vida”, plenos de saltos, sobressaltos, injustiças, injúrias, difamações, perseguições políticas, baixos salários, insalubridades de toda ordem, acusações as mais vis, infames e insidiosas, fofocas, fuxicos e maledicências, mexericos de todo tipo; amores, desamores; pretendentes a maridos, amantes e “Filipes” aos borbotões. Tudo isto ambientado na Alagoinhas “Ainda Menina Moça” e/ou em cidades congêneres, do mesmo feitio social, político, econômico e cultural.

Naquela saga de “professoras primárias” que Feijó diz ter romanceado, conforme adverte nas páginas iniciais do livro, para “[...] dar um toque mais interessante e colorido a este narrar-de-coisas” (FEIJÓ, 1978, p. 7), a literata, usando o artifício de uma narradora – Marta Lúcia -, procura trazer àquelas páginas plenas de aridez, e com alguns vales profundos e sombrios, um conjunto de acontecimentos transcorridos entre a sua infância, adolescência,

juventude e parte do início de sua maturidade, constituindo, segundo sua própria expressão ao apresentar o seu livro de crônicas “Alecrim de Tabuleiro”, "mosaicos de um tempo que passou", que bem poderiam ser de tantos quantos viveram naquele e em outros tempos, aqui ou alhures” (FEIJÓ, 1972, p. 08).

Logo ao escrever as palavras iniciais do seu “Alecrim de Tabuleiro”, ela assegura que aquele livro que os leitores tinham nas mãos seria uma espécie de prévia de um romance que estava escrevendo. Assim Feijó se expressa: “fotografei as minhas, eu, nestas crônicas, enquanto não vem o tão ansiado (por mim mesma) romance que focaliza, a meu modo, as etapas, em maiores dimensões, de um passado de minha terra, minha gente e... talvez. — quem o dirá?... — também o meu” (FEIJÓ, 1972, p. 8).

Considerando o trecho citado da obra publicada em 1972, no livro aqui em discussão, nas páginas em que adverte os leitores sobre o objeto do arrazoado em causa, poder-se-ia apontar uma contradição da autora ou, na melhor das hipóteses, um recuo de propósitos. Na citação acima ela admite que a obra que, há algum tempo queria publicar, poderia abrigar ao menos parte dos seus próprios “iries e vires”, das suas andanças professorais, das suas lutas pela educação e pela cultura nas cidades por onde lecionou, investidas literárias em jornais e revistas que cedo lhe abriram espaço para a sua inclinação literária. No entanto, em um dos trechos encontrados em “pelos Caminhos da Vida ... de Uma professora Primária”, Feijó assegura, enfaticamente, “Autobiografia? Sim, poderão pensar. Mas... também não é. Não me encaixo no rol das pessoas quase perfeitas como é Luísa Peixoto. Não viveria, jamais, a **vida que ela** viveu. E se assim fosse, coragem não teria de, publicamente, me retratar...” (FEIJÓ, 1978, p. 7).

O que recearia a professora Maria Feijó, ao procurar se desvencilhar da professora Maria Luísa Peixoto de Moura, que ela criara para “representar”, com a sua vida e embates, todas as professoras primárias da Bahia”? O que a teria levado a inserir, logo no início do volume em que desfiaria toda uma carga de “fatos avulsos”, a advertência de que “as páginas que se seguem, apresentando semelhança com fatos e pessoas vivas ou mortas, são apenas coincidências...”?

Entrementes, Maria Feijó insiste em afirmar que as personagens não existiram; que ela as criara; mas, na página de dedicatória, algumas delas aparecem com os seus nomes

reais, inclusive, uma das filhas do professor Alcindo de Camargo – que também existiu em carne e osso -, talvez indicando que ela tivesse receio de ferir suscetibilidades, ao estabelecer a sua narrativa, uma vez que Marta Lúcia – a narradora responsável pelos discursos e manifestações filosóficas da autora -, não se limita a narrar os “fatos”; ela também emite opiniões; formula hipóteses; Feijó a toma como meio de dar ressonância ao seu discurso, às suas ideias sobre a cidade, sobre a sociedade/humanidade, aos seus ideais de educação, fundamentados, saliente-se, naquilo que foi pensado pelo “Estado Novo”, conforme constata Eliana Batista em seu tratado dissertativo e, no final da obra, faz com que ela reverbera o seu ressentimento com aquela Alagoíneas que não a compreendia, por maldade, preconceito fundamentado no atraso e no provincianismo de suas lideranças políticas e de sua elite social ou, pura e simples ignorância. Considerações da personagem na obra.

À guisa de exemplo, observe-se o que diz Marta Lúcia, em conversa com Maria Clara, sua interlocutora, a quem conta a história daquela professora primária tão sofrida e maltratada pela vida. Ela, ao se referir a Maria Luísa Peixoto, Maria Feijó reflete sobre o modo como era ela vista na cidade e sobre os comentários que circulavam a seu respeito, profere o seguinte desabafo:

A maledicência humana, presente sempre, a não se convencer de que ainda podem existir moças honestas, dignas, virgens, com uma linha de conduta vertical, sem recorrer a meios de corrupção de qualquer espécie para sobrevivência, principalmente os corrosivos sexuais. Se era conservadora em alguns aspectos da vida (e confundiam muito a sua expansividade exterior e a amplitude de sua mentalidade em determinados campos...), ainda encontrava passatempos sadios e dignos para sua satisfação pessoal. Assim, se dividiam as opiniões: enquanto uns a achavam superada, quadrada, em determinados ângulos, outros a confundiam, tachando-a de... “avançada”, ”saliente”, ”exibida” demais!... Quem pode discutir com línguas? Cada um tem sua mente para pensar o que quiser e entender... Isso tudo... até um dia (FEIJÓ, 1978, p. 792).

Desta forma, em seu “Alecrim do Tabuleiro”, na primeira das suas “crônicas evocativas”, Maria Feijó informa ter estado em um salão de beleza na sua cidade natal, por ocasião de uma das muitas visitas que fizera ao lugar que a vira nascer, crescer, se tornar professora e alçar voo para o mundo das letras e da cultura, tendo sido reconhecida por uma daquelas suas

alunas, que, ao reconhecer-lhe a fisionomia e, após certificar-se do seu nome, fê-la saber, deveras “emocionadíssima”, tratar-se de uma daquelas muitas crianças que por ela foram incentivadas à leitura, através daquelas atividades biblioteconômicas que desenvolvera nos seus tempos professorais. Assim, ela rememora o episódio:

Perguntou-me se eu era Maria Feijó [...]. Respondi-lhe que sim e ... por mais estranho que possa parecer, ela baixou a cabeça, escondendo o rosto entre as mãos e, numa voz sumida, ao invés de continuar a conversa, só fez articular uns sons quase inaudíveis: “A senhora me fez agora a criatura mais feliz deste mundo”. Surpresa, perguntei-lhe por quê. E ela, com voz mais sumida ainda: “Espere um pouco. Deixe passar este *momento* de emoção (FEIJÓ, 1972, p. 09-10).

Cabe ressaltar de passagem que a professora Maria Luísa Peixoto, tendo retornado de um curso intensivo de biblioteconomia – tal qual o fizera a sua criadora -, cheia de ideias e idealismos para com a educação e a cultura de suas crianças em processo de formação, também desenvolveu aquela mesma atividade que fora recordada pela jovem senhora que abordara Feijó no salão de beleza da 24 de maio, por volta do ano de 1970, cerca de 20 anos depois.

Crê-se que aqui caberia inserir uma passagem encontrada na obra de Maurice Halbwachs (1877-1945), que diz

A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto (HALBWACH, 2006, p. 69).

Conforme postula Halbwach, as reminiscências da professora e daquela aluna, inesperadamente encontrada naquele salão, se imiscuem, se confundem e se complementam.

Diz ele:

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem

tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas”. Já havíamos pensado nisso” — não percebemos que somos apenas um eco (HALBWACHS, 2006, p. 63).

A continuação da narrativa de Feijó prossegue e reforça a proposição Halbwachiana, indicando que ela mesma pode ter sido despertada para lembranças que, talvez, já estivessem cobertas por espessas camadas de esquecimento. Diz ela:

— Profa. Maria Feijó, sua presença aqui me transportou aos meus tempos de escola e me senti dentro daquela Biblioteca dirigida pela senhora, no Prédio Escolar Brasilino Viegas, onde eu fazia o curso primário ... Minha gente (dirigindo-se agora só às outras pessoas), ela nos deixava à vontade e com que carinho e paciência nos tratava! Aquele mundo de criança (e eram todas as de Alagoinhas que lá iam ler nos horários por ela determinados) ali sob seu comando se sentia feliz, escolhendo os livros que bem quisesse e entendesse para ler na Biblioteca ou levar para casa, além das coisas que ela inventava, como o Grêmio, por exemplo, com suas sessões movimentadíssimas, as festas culturais por ela promovidas para crescimento da Biblioteca e o nosso desenvolvimento, concomitantemente; os concursos, sobretudo, dois, eternamente gravados em minha memória: um, sobre Ruy Barbosa e para o qual fiz uma poesia, obtendo como prêmio, o livro ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS, guardado comigo até hoje, com uma bonita dedicatória por ela feita para mim, bem como, todas as crianças inscritas no concurso, cada uma teve seu prêmio. E outro: o de INTELIGÊNCIA E GRAÇA, numa época de primavera, que superlotou de crianças, de Alagoinhas Velha e Nova, todo o Parque Ruy Barbosa, onde se erguia o trono para a coroação da Rainha (FEIJÓ, 1972, p. 10).

O “trabalho da memória” está sempre em consonância com as escolhas realizadas por quem se dispõe a lembrar e, sobretudo, quando o que é lembrado sai do silêncio dos anos e salta no presente de quem lembra. Este lembrar, saliente-se, é marcado pelas escolhas de quem lembra e pelas ressignificações do presente, o que equivale dizer que a memória trazida por quem lembra o é, de acordo com os escavares das camadas do passado que se quer lembrar, não deixando de observar o esquecimento como sendo parte do rememorar que é trazido à superfície, mediante a “reconstrução” de um passado cujo presente se apresenta como elemento subjacente ao lembrado. Assim é que o “esquecimento” aparece como o fio por onde se pretende conduzir o “rememorar”, uma vez que o esquecer é parte intrínseca do esforço de lembrar.

Datando o arrazoado do ano de 1970, em outra crônica Feijó chega a afirmar que já se distava dezoito anos desde que deixara as plagas alagoinhenses para se estabelecer como

bibliotecária nos torrões cariocas. Na crônica ora em exame, ela assevera que aquele encontro com a ex-aluna no salão de beleza, situado à rua 24 de maio, próxima ao local onde funcionava a já há muito conhecida “Feira do Pau”, conforme já se preconizara, abriu profundos sulcos nas muitas camadas acumuladas da sua memória, embora a cronista contasse apenas com 52 anos de vida, no momento em que se desenrola o diálogo:

E ...” – a sua interlocutora, depois de se recompor da emoção do reencontro e de enxugar as lágrimas –, “continuou num desenrolar de fatos do meu tempo de professora-bibliotecária na Alagoinhas do passado transformado para mim num desfiar de recordações mescladas de saudade (que eu fazia adormecida) e grande satisfação. Saudade, sim, porque a Alagoinhas do meu passado já se foi ou o meu passado de Alagoinhas já passou, e satisfação por saber que alguma coisa do que fiz por lá ficou plantada, transformando-se *em* gratidão. Foi *concreto o trabalho* processado. Alguma semente germinou, pelo menos em um ou outro coração infantil daquele tempo, hoje adulto. As lágrimas daquela garota, agora mulher-mãe, são flores de agradecimento, sim, das sementes por mim naquele solo espalhadas, ao tempo em que se tornam numa verdadeira lição para sua filha: o reconhecimento por alguma coisa boa que se recebeu de alguém em alguma época. (FEIJÓ, 1972, p. 11).

Conforme Enzo Traverso, em arrazoado mais recente:

Tirando a sua força da experiência vivida, a memória é eminentemente *subjectiva*. Fica ancorada aos factos a que assistimos, dos quais fomos testemunhas, ou mesmo actores, e às impressões que deixaram no nosso espírito. A memória é qualitativa, singular, pouco preocupada com comparações, com a contextualização, ou com generalizações. Quem a transporta não necessita de apresentar provas. O relato do passado prestado por uma testemunha — sempre que não seja um mentiroso consciente — será sempre a sua verdade, ou seja, a imagem do passado em si deposto. Pelo seu carácter *subjectivo*, a memória nunca é cristalizada; mais se parece com um estaleiro aberto, em contínua operação. Não é apenas, segundo a metáfora de Benjamin, «a tela de Penélope» que se modifica todos os dias devido ao esquecimento que «ameaça» em permanência, para reaparecer mais tarde, por vezes muito mais tarde, tecida de uma forma diferente. Não é só o tempo a erodir e a enfraquecer a recordação. A memória é uma construção, sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira e modificam a recordação (TRAVERSO, 2012, p. 22-23).

Portanto, como o leitor arguto já pode depreender, é pretensão deste autor implementar um trabalho de apreensão da memória da urbe alagoinhense, através da leitura e da análise de uma parte da produção literária de Maria Feijó de Souza Neves (1918-2001), sobretudo, o seu romance que bem pode ser inscrito como sendo um trabalho memorialístico e, mesmo com a negativa de sua autora, como um arrazoado autobiográfico, “Pelos Caminhos da Vida ... de uma Professora Primária”, publicado em 1978, buscando perscrutar em sua narrativa alguns traços que identifiquem os elementos constitutivos da tessitura social, na qual estão imbricados os aspectos econômicos, políticos e culturais daquela cidade, “ainda menina moça”, conforme ela expressa nas primeiras páginas da referida obra, no sentido de identificar os “ires e vires” daquela Alagoinhas pujante do final da década de 1930, da década de 1940 e do início da década de 1950, quase todas elas vividas por Feijó, enquanto crescia, se instruíra e se fazia professora primária e, no primeiro ano da última década, dera o salto na direção da formação em biblioteconomia, salto que a levou de sua cidade natal para viver e exercer a sua nova formação profissional na cidade do Rio de Janeiro, no então estado da Guanabara.

No entanto, é preciso salientar, de passagem, que se faz necessário o desenvolvimento de mais trabalhos com intuito de manter viva a história, fazendo-a ser percebida em sua importância para a sua compreensão, na medida em que, segundo Jeanne Marie Gagnebin, “essa importância sempre foi reconhecida como a da rememoração, da retomada salvadora pela palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento. Essa empresa de rememoração já determina, na aurora do pensamento grego, a tarefa do poeta e, mais tarde, a do historiador. [...]” (GAGNEBIN, 2013, p. 03). Ainda se recorre a Gagnebin para chamar a atenção do leitor, no sentido de o alertar para o fato de que “hoje ainda, literatura e história enraízam-se no cuidado com o lembrar, seja para tentar reconstruir um passado que nos escapa, seja para” resguardar alguma coisa da morte” (Gide) dentro da nossa frágil existência humana” (Idem, 2013, p. 03). Já deve estar evidente para o leitor que a obra que aqui se pretende desenvolver enquanto arrazoados analíticos, por certo, não foge ao que se expôs acima e, em concordância com Gagnebin,

se podemos assim ler as histórias que a humanidade se conta a si mesma como o fluxo constitutivo da memória e, portanto, de sua identidade, nem por isso o próprio movimento



da narração deixa de ser atravessado, de maneira geralmente mais subterrânea, pelo refluxo do esquecimento; esquecimento que seria não só uma falha, um "branco" de memória, mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração (GAGNEBIN, 2013, p. 03).

Depois de ter feito algumas considerações sobre as obras escolhidas (Damasceno 2015), ainda que através do olhar dos prefaciadores, para analisar o modo como Maria Feijó revisita histórias e memórias da sua Alagoinhas "menina moça", conforme sua própria alusão, acredita-se que já possa trazer algumas considerações relacionadas ao conjunto de textos aqui rapidamente apreciados, nos quais a autora evoca episódios bem escolhidos e pinçados, para com eles desenrolar um corolário de lembranças, com o qual se poderia lograr uma espécie de "volta ao passado". O texto acima aludido é principiado com uma proposição que acredito ser interessante transcrever aqui:

Navegar, no caudaloso rio da História de Alagoinhas vem a ser uma empreitada de grande monta. À medida que aquele rio é prenhe de acidentes, curvas inesperadas e inúmeros pontos de assoreamentos, produzidos em parte pela ação natural da erosão do passar do tempo, em parte pelo descuido e descaso de indivíduos e/ou entidades que deveriam envidar os maiores esforços, no sentido de prover o livre curso das águas correntes da história da cidade, com o fito de permitir aos navegantes um viajar tranquilo ao porto seguro do conhecimento histórico e da produção historiográfica (DAMASCENO, 2015, p. 115).

Logo no parágrafo seguinte, o autor postula que:

Via de regra, dificultada pela conjunção de fatores entrelaçados e imbricados, a apreensão da memória implica na compreensão do processo de conhecimento e na percepção dos ires e vires do fazer, construir-se e/ou reconstruir-se a história social local, se faz entremeada de dificuldades. Na medida em que o curso do rio no qual o pesquisador pretende singrar muitas vezes é interrompido pela falta de navegabilidade, implicando em hiatos que só podem ser minimizados fazendo-se os percursos por caminhos paralelos, muitas vezes tão sinuosos e entrecortados, quanto o primeiro que fora obrigado a abandonar (DAMASCENO, 2015, p. 115-116).

E Andrade Damasceno conclui o seu raciocínio afirmando a premissa de que a literatura e/ou as obras de caráter memorialístico podem contribuir com o historiador na tarefa de apreender a história de uma cidade dada, de uma situação e/ou circunstância igualmente dada:

É assim que o historiador tem se valido de estradas abertas por outros observadores dos hábitos, costumes, modos de ser e pensar de uma dada sociedade. Assim, ao dispor de um volume maior de material, com a devida vênua, possa dele se apropriar, para que lhe seja possível empreender suas próprias observações; fazer suas inferências e procurar valer-se das ferramentas teóricas que disponha, para chegar às suas próprias conclusões, em torno daquilo que fora ou pudera ter sido a estrutura mental sobre a qual a tessitura social foi construída. Dando-se àquela localidade os contornos históricos nos quais foram balizadas as decisões que foram tomadas, em tais ou quais direções (DAMASCENO, 2015, p. 116).

Nesse sentido, cabe reforçar a assertiva de ser a memória – ela que é quase sempre a ferramenta por excelência usada na construção literária desenvolvida por Maria Feijó - não um elemento neutro e isento das mediações sociais, mas sim fruto do lugar de sociabilidade do sujeito que se dispõe a lembrar e, que por sua vez, usa da prerrogativa de selecionar o que e quando lembrar. Tzvetan Todorov, em *Memória do mal, tentação do bem*, no capítulo dedicado àquilo a que ele denomina “a conservação do Passado”, assevera que “a memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos que formam contraste são a supressão (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação dos dois” (TODOROV, 2002, p. 148).

Ao que parece, as “evocações” realizadas por Feijó, tem pelo menos dois grandes propósitos. O primeiro seria o de dar a conhecer um passado por ela vivido, no sentido de que outras pessoas possam compartilhar de suas experiências e, quiçá, delas tirar lições para o presente; o segundo, este não tão claro quanto o primeiro, é o de reelaborar os “fatos” por ela escolhidos, construindo sua narrativa de modo a empreender sua interpretação daquilo que por ela foi vivido e/ou foi do seu conhecimento.

Deste modo, aplica-se uma vez mais a observação de Todorov, segundo a qual “a reconstituição integral do passado é coisa impossível. Se existisse, seria pavorosa [...]. A memória é forçosamente uma seleção: certos detalhes do acontecimento serão conservados, outros, afastados, logo de início ou aos poucos e, portanto, esquecidos” (TODOROV, 2002, p. 148).

Recorre-se aqui a Maurice Halbwachs, um dos precursores de estudos relacionados com a memória em sua dimensão social, quando discorre a respeito do trabalho da memória no processo de lembrar. O autor de “A Memória Coletiva” sustenta a assertiva de que

cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo (HALBWACH, 2006, p. 69).

Neste sentido, pode-se compreender o fato de haver percepções diferentes, até mesmo divergentes, de um mesmo momento histórico, quando este é narrado, uma vez que as escolhas feitas pelos narradores obedecem às mediações inerentes ao seu “lugar de pertencimento” e ao lugar a partir do qual realiza sua observação. É assim que Todorov entende que o processo de “reviver o passado no presente” precisaria passar pelas etapas de “estabelecimento dos fatos”, onde se dá o primeiro ato de selecionar, ora involuntário e inconsciente, ora deliberada e conscientemente realizado; depois, passa-se para o que o autor denomina “a construção do sentido”, que consiste em “uma vez estabelecidos os fatos, é preciso interpretá-los, isto é, essencialmente, relacioná-los uns aos outros, reconhecer as causas e os efeitos, formular semelhanças, gradações, oposições”. Segundo ele, “a construção do sentido tem por objetivo compreender o passado; e querer compreender - tanto o passado como o presente - é próprio do homem”; por fim, vem a etapa do “aproveitamento” (TODOROV, 2002, p. 148).

Sobre ela, Todorov afirma que:

poderíamos designar por esse termo um tanto irreverente um terceiro estágio da vida do passado no presente, e que é a instrumentalização dele com vistas a objetivos atuais. Após ter sido reconhecido e interpretado, o passado será agora utilizado. É assim que procedem as pessoas privadas, que põem o passado a serviço de suas necessidades presentes, mas também os políticos, que relembram fatos passados para alcançar objetivos novos (TODOROV, 2002, p. 148).

De sorte que, embora Maria Feijó não se apresente aos leitores reivindicando para a sua obra um caráter histórico e/ou memorialístico, estes elementos estão subliminares nas suas *Crônicas evocativas de Alagoinhas*, como de resto em seus escritos posteriores. Como assegura Halbwachs, “a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto” (HALBWACH, 2006, p. 70). Não é sem razão que Feijó, ao desfiar

o seu corolário de “lembranças”, o faz, a partir de evocações de elementos constitutivos do seu cotidiano familiar, colegial, professoral, das relações entre os cidadãos do seu tempo de professora/bibliotecária.

Conforme sustenta Enzo Traverso: “a história, que no fundo, lembrava Ricoeur, não é mais do que uma parte da memória, escreve-se sempre no presente. Para existir como campo do saber, no entanto, a história deve emancipar-se da memória, não rejeitando-a, mas colocando-a à distância. Um curto-circuito entre história e memória poderia ter consequências prejudiciais para o trabalho do historiador” (TRAVERSO, 2012, p. 25).

Conforme assegura Eliana Batista, logo na introdução de sua dissertação defendida em 2012,

a obra de Maria Feijó reflete também parte substancial da atmosfera política e cultural de sua época de normalista. Nela, a Escola, a Imprensa, a Família e o Estado ocupam um lugar definido na narrativa, pois são instâncias comprometidas com a formação da professora primária e com a definição do lugar dela na sociedade (BATISTA, 2012, p. 11).

Mais adiante, Batista assinala tratar-se de

escritora e personagem, criadora e criatura ligadas por um elemento em comum: o magistério primário. O romance revela a projeção de uma experiência pessoal numa personagem de romance, aspecto que o caracteriza como uma espécie de autobiografia romanceada, ficcionalização da trajetória de uma senhora que olha com saudade e nostalgia para o seu passado, relembando seu tempo de ‘menina-moça’, ‘rosa desabrochando’, vividos numa cidade do interior e acolhendo com dificuldades os problemas impostos no enfrentamento com o mundo adulto e profissional (BATISTA, 2012, p. 30).

Batista, ao refletir sobre o processo de criação de Maria Feijó, quando aquela autora procura por meio dos seus escritos “representar” a Alagoinhas em que vivera os seus primeiros trinta e três anos, assinala que:

aquilo que interessa na obra de Maria Feijó não é a *mimesis* ou transposição do real que ela possivelmente faz na sua narrativa. Sabe-se que o escritor, ainda que diga estar retratando determinada realidade, tudo transforma e transfigura de acordo com o próprio olhar que lança sobre o mundo. Sob este aspecto, interessa muito mais a consubstanciação desse real na narrativa bem como a percepção da forma pela qual Maria Feijó selecionou e organizou determinados elementos do real vivido, seja por ela ou pelos indivíduos que compuseram o seu mundo (BATISTA, 2012, p. 31-32).

E é precisamente neste ponto que o historiador pode tomar esta obra e fazer dela uma fonte de pesquisa histórica riquíssima, a partir da qual possa desenvolver uma investigação fundamentada na diversidade de indícios encontrados na tessitura narrativa empreendida pela escritora, buscando seguir os rastros por ela apontados, que podem permitir uma apreensão do *modus pensandi* recorrente na Alagoinhas do final da década de 1930 aos primeiros anos da década de 1950, intentando identificar os fios formadores da malha social, política e/ou cultural que envolveu o cotidiano da cidade de então.

Aqui, talvez coubesse inserir os conceitos e formulações cunhados por Ginzburg (2007) em torno dos “rastros”. Na passagem a seguir, ele se remete a Bloch, construindo algumas reflexões, que aqui serão transcritas:

Hoje [ 1942-3]..., até mesmo nos testemunhos mais resolutamente voluntários”, escrevia Bloch, “aquilo que o texto nos diz já não constitui o objeto preferido de nossa atenção”. As *Mémoires* de Saint-Simon ou as vidas dos santos da alta Idade Média nos interessam (continuava Bloch) não tanto por suas referências aos dados concretos, volta e meia inventados, mas pela luz que lançam sobre a mentalidade de quem escreveu esses textos. “Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao menos no sentido de que, embora permanecendo condenados a conhecê-lo exclusivamente com base em seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer”. E concluía: ”Olhando bem, trata-se de uma grande revanche da inteligência sobre o mero dado concreto” (GINZBURG, 2007, p. 10).<sup>1</sup>

Parafraseando Ginzburg, quando na introdução de “Os Fios e os Rastros” (2007, p. 10), citada acima, ao analisar um postulado de Marc Bloch (1886-1944), em seu clássico “Apologia da História e o ofício do historiador”, o interesse despertado pela obra memorialística de Maria Feijó não se apresenta fincado nos dados ali encontrados, pois parte deles até pode ter sido inventada/superdimensionada: trata-se de procurar apreender as reflexões da autora a partir dos elementos não intencionais que ela deixa escapar por todo o alentado volume do seu “Pelos Caminhos da Vida ... de uma Professora Primária”.

Desta forma, o que ela procurara fazer ao tornar pública o seu caudal de memórias, era “lutar contra o tempo e contra a morte através da escrita — luta que só é possível se morte e tempo forem reconhecidos, e ditos, em toda a sua força de esquecimento, em todo o seu

---

<sup>1</sup> A nota abaixo foi escrita por Ginzburg: M. Bloch, *Apologia della storia*, cit., pp. 50-1 (utilizei a tradução de C. Pischetta, Turim, 1969, p. 69).

poder de aniquilamento que ameaça o próprio empreendimento do lembrar e do escrever” (GAGNEBIN, 2009, p. 146). A autora ainda assevera que “a escrita foi, durante muito tempo, considerada o rastro mais duradouro que um homem pode deixar, uma marca capaz de sobreviver à morte de seu autor e de transmitir sua mensagem” (GAGNEBIN, 2009, p. 112).

Assim, tomando de empréstimo o postulado de Gagnebin, ainda falando sobre a escrita que denomina “metáfora-fundadora de nossa concepção de memória e de lembrança”, o que Maria Feijó de Souza fez com a elaboração do seu arrazoadado, em que procurara esboçar uma fotografia da sua cidade natal, foi deixar rastros não só de si mesma, como também de outros atores sociais envolvidos por ela em sua trama. Assim, Gagnebin postula que

este rastro privilegiado que os homens deixam de si mesmos, desde as estelas funerárias até os e-mails efêmeros que apagamos depois do uso — sem esquecer, naturalmente, os papiros, os palimpsestos, a tábua de cera de Aristóteles, o bloco mágico de Freud, os livros e as bibliotecas: metáforas-chave das tentativas filosóficas, literárias e psicológicas de descrever os mecanismos da memória e do lembrar. Embora sempre tivesse havido uma outra imagem para dizer esses mecanismos, a imagem da *imagem* justamente, parece que até hoje, e apesar da tão comentada preponderância contemporânea das imagens sobre o texto, continuamos falando de *escrita*, *escritura*, *inscrição* quando tentamos pensar em memória e lembrança (GAGNEBIN, 2009, p. 111).

Retomando a perspectiva de “rastro”, aquilo que Feijó deixa sobressair ao “lembrar” da cidade que ela procura “retratar” em seus escritos, sobretudo, no mais alentado deles, há que destacar os postulados esboçados por Gagnebin, quando assevera que:

Esse conceito de rastro nos conduz à problemática [...] da memória. Notemos primeiro que o rastro, na tradição filosófica e psicológica, foi sempre uma dessas noções preciosas e complexas, [...] que procuram manter juntas a presença do ausente e a ausência da presença. Seja sobre tabletes de cera ou sobre uma lousa mágica [...], o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente (GAGNEBIN, 2009, p. 44).

Prossegue a autora em sua profunda reflexão em torno do conceito de “rastro”, entrementes, buscando associá-lo à perspectiva da “memória”:

Sua fragilidade essencial e intrínseca contraria assim o desejo de plenitude, de presença e de substancialidade que caracteriza a metafísica clássica. [...] O que me interessa ressaltar aqui

é o liame entre rastro e memória, de Aristóteles a Freud, passando por Santo Agostinho e Proust. Por que a reflexão sobre a memória utiliza tão frequentemente a imagem — o conceito — de rastro? Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também *fragilidade* da memória e do rastro (GAGNEBIN, 2009, p. 44).

Segue Gagnebin, procurando reforçar os argumentos que balizam o seu conceito de “rastro”:

Se as ”Palavras” só remetem às ”coisas” na medida em que assinalam igualmente sua ausência, tanto mais os signos escritos, essas cópias de cópias como diz Platão são [...] o rastro de uma ausência dupla: da palavra pronunciada (do fonema) e da presença do ‘objeto real’ que ele significa (GAGNEBIN, 2009, p. 44).

E ela arremata, com um desafio a tantos quantos se enveredem nas sendas do fazer histórico e/ou da pesquisa historiográfica:

Interessa-me ressaltar que, através do conceito de rastro, voltamos às duas questões iniciais, aquelas da memória e da escrita. O que ganhamos neste percurso? Paradoxalmente, a consciência da fragilidade essencial do rastro, da fragilidade essencial da memória e da fragilidade essencial da escrita. E, ao mesmo tempo, uma definição certamente polêmica, paradoxal e, ainda, constrangedora da tarefa do historiador: é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade (GAGNEBIN, 2009, p. 44).

Portanto, é com base na sua vivência profissional e na convivência sociocultural com o cotidiano em que esteve inserida no decurso dos cerca de 35 anos vividos no solo natal, que Marijó, como assinava seus escritos nos periódicos da cidade e da região, tece os fios de sua memória, entrelaçando-os aos muitos fios de outras memórias individuais e coletivas, com os quais acaba construindo a tessitura narrativa que entrega ao exame de seu leitor, sobretudo, em “Pelos Caminhos da Vida ... de uma Professora Primária” (1978), um livro robusto, denso e com uma técnica de escrita que este autor arriscaria caracterizar como tendo sido influenciada, quiçá, por uma leitura de Ulysses, de James Joyce, que ela bem pode ter

tido acesso a uma versão em espanhol<sup>2</sup> – ainda que aos saltos, como dissera Vargas Llosa (1936-), em sua autobiografia (*El Pez En el Agua*, 1993). Por isto mesmo, de maior complexidade e de mais difícil leitura, onde se pode encontrar diversos rastros de vidas, de atos, de atitudes, de formas de pensar que nortearam os personagens por ela entrelaçados nas tramas daquele cotidiano da “professora primária” que ela construíra, ao mesmo tempo em que permite ao historiador interessado na sociedade por ela descrita, compreender as idiossincrasias embutidas nas ações e reações individuais e coletivas daqueles que constituíram aquela Alagoínhas por ela retratada, ainda que de maneira caricatural, como insiste em fazer crer.

### **A obra literária e seu uso como fonte para a pesquisa histórica**

A diversidade de aspectos da história de um lugar dado, que pode ser apreendida a partir do exame das muitas memórias produzidas ao longo do correr de décadas marcadas pelas idas e vindas de uma sociedade em movimento, é a principal característica dos trabalhos memorialísticos que podem ser tomados como fontes de pesquisa para o historiador. Estes trabalhos por sua vez, permitem o entrelaçamento de um volume significativo de construções imagéticas, o reconhecimento dos corpus conceituais adotados em um determinado momento histórico, por uma sociedade dada; além de permitir a percepção de um grande feixe de hábitos e costumes que forjaram e moldaram as práticas sociais em um lento passar de gerações, em um tempo igualmente dado, permitindo ao pesquisador a possibilidade de desenvolver suas análises sobre a estrutura social, sobre as permanências e mudanças havidas nos processos de preservação ou abandono de elementos de sua constituição; sobre a percepção dos processos que alteram a conformação do espaço urbano, que acelera e/ou desacelera o desenvolvimento econômico e cultural da cidade, bem como ajudam a compreender os movimentos políticos que busquem promover reorientações do cotidiano de indivíduos e/ou de grupos de indivíduos.

---

<sup>2</sup> Que, segundo Gerald Martin, teve sua aparição na Argentina, por volta de 1945. MARTIN, Gerald. “A narrativa latino-americana: c. 1920-c. 1990”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 329-425.



É já conhecido o fato de que o historiador tem se valido de estradas abertas por observadores da vida em sociedade, como os psicólogos sociais, os jornalistas e os literatos, que apreendem e analisam os hábitos, os costumes, os modos de ser e pensar de uma sociedade. Ao dispor de um volume significativo de elementos apreendidos, o pesquisador pode dele se apropriar, a fim de que lhe seja possível empreender suas próprias observações, fazer suas inferências e procurar valer-se das ferramentas teóricas que disponha, para chegar às suas próprias conclusões, em torno daquilo que fora ou pudera ter sido a estrutura mental sobre a qual a tessitura social foi construída, dando àquela localidade os contornos históricos nos quais foram balizadas as decisões que foram tomadas, em tais ou quais direções.

Neste sentido, uma área do conhecimento para a qual o historiador tem voltado suas atenções com maior intensidade é a da produção memorialístico-literária. É cada vez maior o entendimento dos pesquisadores das ciências sociais em geral, e da história em particular, no sentido de que a apreensão do cotidiano, feita por cronistas, poetas, romancistas, contistas e trovadores, precisa ser tomada em conta, na medida em que a essência do “ser histórico” encontrada na diversidade de personagens, nos seus labores diários, está mais propícia à observação de historiadores e sociólogos. Visto aquela essência se apresentar quase no seu “estado natural”, sem retoques ou produções que ocultem a verdadeira face do ser ali retratado, pode-se procurar reconstruir e compreender o passado, ou mesmo um momento daquele passado, com alguma probabilidade de coerência.

É neste sentido que o romance “Pelos Caminhos da Vida ... De Uma Professora Primária”, publicado no Rio de Janeiro em 1978, pela escritora alagoinhense Maria Feijó de Souza Neves (1918-2001), pode ser tomado como fonte histórica, plena de possibilidades para uso na pesquisa historiográfica. Lastreado em Barros 2020, é possível afirmar que

Nas “fontes históricas”, o passado se faz presente, de uma nova maneira, desde que as indaguemos a partir dos problemas históricos adequados e que saibamos compreendê-las a partir de uma dialética que envolve o tempo do próprio historiador que investiga e o tempo da história que é investigada. Sim, uma fonte histórica é um pedaço do passado não apenas porque fala sobre o passado a partir de uma determinada perspectiva, mas também porque é um objeto material ou imaterial oriundo do passado e que permaneceu no presente (BARROS, 2020, p. 07).

Portanto, insiste-se neste arrazoado, que se pretende tomar como fonte histórica, a prosa “Pelos Caminhos da Vida ... De Uma Professora Primária”, de Maria Feijó de Souza Neves<sup>3</sup>, escritora alagoanhense nascida em 1918 e falecida na cidade do rio de Janeiro em 2001, com o fito de analisar e discutir alguns de seus aspectos históricos e memorialísticos, mormente, aqueles que apontem para a ideia, concebida ainda nas páginas pré-textuais de sua obra, que caracteriza aquela Alagoinhas ali “retratada” como sendo uma cidade que estava em sua “doce fase de MENINA-MOÇA” (FEIJÓ, 1978, p. 13).

Tendo vivido uma parte substancial de sua vida na cidade que lhe fora berço, em vasta e variada obra por ela produzida, sobretudo a que ora este autor se propõe a examinar, e a que talvez tenha sido a que mais apresente características memorialísticas, a literata procura traçar um conjunto de acontecimentos de sua infância, adolescência, juventude e parte do início de sua maturidade, constituindo, segundo sua própria expressão, já referida páginas atrás, “mosaicos de um tempo que passou”, que bem poderiam ser de tantos quantos viveram naquele e em outros tempos, aqui ou alhures.

Recorre-se às formulações de José d’Assunção Barros, segundo as quais:

para o historiador, um romance ficcional pode trazer informações sobre a realidade, e também discursos e sentimentos nela presentes - independente de a história narrada ser livre criação do seu autor (BARROS, 2019, p. 98).

Embora o romance em causa tenha inúmeros elementos com os quais poderia ser classificado como sendo uma obra memorialística, a autora procura reafirmar o seu caráter ficcional, conforme passagem encontrada ainda nas suas primeiras páginas. Diz ela:

Luísa Peixoto? Não. Ela não existe em particular e, sim, em todas as Professoras Primárias do Interior da Bahia. Em todas elas há uma Luísa Peixoto. Sem tirar nem pôr. Os outros personagens? [...]. Conforme disse, não existe A, B ou C nestas páginas. Meus personagens se locomovem, vivem, ”figuram” em **todas** (grifo do autor) as Professoras Primárias do Interior. Um pouco de cada uma em todas elas. [...] Nem a própria Luísa Peixoto! Apenas... procurei alguns fatos, avulsamente, aqui.. ali.., e os romanceei, a fim de dar um toque mais interessante e colorido a este narrar-de-coisas (FEIJÓ, 1978, p. 7).

---

<sup>3</sup> No que tange à autoria das suas obras, ela omite o último nome, preferindo aquele pelo qual sempre fora conhecida e, por meio do qual sempre se apresentou para enfrentar todas as lutas que se interpuseram em sua trajetória pessoal e profissional.

Retomando Barros, na perspectiva de analisar o trabalho de pesquisa com as “fontes textuais”, sua assertiva pode ajudar a perceber a importância de se fazer um exame cuidadoso da obra literária para a compreensão daquilo que ela possa oferecer ao historiador. Ainda procurando considerar a obra em análise, no sentido de ser tomada como uma fonte histórica a ser utilizada como um dos modos de apreensão do passado, é possível asseverar que:

Em um romance, por mais ficcional que seja, os personagens se alimentam, vestem roupas, manipulam instrumentos, comunicam-se através de certos parâmetros de sociabilidade, utilizam a língua de uma forma que é comum à do autor que os criou ou que faz parte do repertório de estratégias linguísticas e comunicativas presentes nos dialetos sociais com os quais ele conviveu. Os personagens de um romance caminham – real ou de uma determinada maneira pelas ruas de uma cidade, mesmo que tal cidade seja inteiramente inventada. Pensam e sentem de certo modo – e, se o autor colocou no papel tais pensamentos e sentimentos, tal foi possível porque eles fazem sentido não apenas para ele, mas também para seus leitores (BARROS, 2019, p. 98).

Tal afirmação faz todo o sentido, quando, uma vez mais recorrendo-se às páginas iniciais do arrazoado de Feijó, lê-se que:

É o seguinte: a população atual de Alagoinhas, que é a minha doce terra, não venha **em massa**, de encontro a mim, crucificar-me no poste da incompreensão, porque tomei-a por cenário, como grande parte do desenrolar desta história. (Melhor direi: **ponto básico**.) que esse desenrolar começou, também, na sua infância e início da juventude e a conheço tanto quanto as palmas de minhas mãos, bem assim, as regiões do interior da Bahia por mim escolhidas com a mesma finalidade. Justamente por conhecê-las, **de perto**, nas minhas investigações e andanças, ‘in loco’, é que o fiz. Resumindo: uma homenagem de minha parte, não deixa de ser. Ressalva: minha terra, **hoje**, não é nada como aqui descrevo no seu lado negativo. Só há positividade.. (Receio das conseqüências?... Absolutamente. Apenas... franqueza. Há aqui, por assim dizer, **o retrato de uma época**.) Está virada, às avessas, em progresso, cultura e civilização. (Nas minhas idas até lá, constato a continuidade desse progresso.) Saiu do ostracismo, não estacionando mais. (FEIJÓ, 1978, p. 8-9). (Grifos do autor)

Uma vez mais recorre-se aos postulados de José D’Assunção Barros, para asseverar que “um romance, mesmo que radicalmente ficcional” fala da “realidade de quem o construiu e de quem o vai ler” (BARROS, 2019, p. 98). E mais:

se um texto pode testemunhar informações objetivamente verdadeiras ou distorcidas em relação a esse ou àquele aspecto, sob outra perspectiva todo texto é também um discurso, e como tal precisa ser analisado. Todo discurso, em última instância, está associado a um ponto

de vista e lugar de fala, bem como a um conjunto de complexidades que chamaremos de ‘lugar de produção’ (BARROS, 2019, p. 90).

Na formulação encontrada em Pesavento (2006), pode se ler que:

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu (PESAVENTO, 2006, p. 7).

Em uma precisa interpretação do postulado enunciado por Sandra Jatahy Pesavento (1946-2009), Adriane Vidal Costa, em tese magistral defendida em 2009, procura dar a conhecer o que tanto ela quanto a propositora do postulado acima citado entendem o modo como o pesquisador se utiliza das fontes literárias para desenvolver o seu trabalho de pesquisa histórica. Costa assinala que:

o historiador, ao realizar seu trabalho de pesquisa, não busca na leitura de um texto ficcional ”o seu valor de documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema”. Assim, a literatura pode ser compreendida como a expressão ou sintoma de formas de pensar e agir dos homens em um certo momento da história (COSTA, 2009, p. 34).

Ainda de acordo com Pesavento (2006):

A literatura cumpre, assim, um efeito multiplicador de possibilidades de leitura. Estaríamos diante do “efeito de real” fornecido pelo texto literário que consegue fazer seu leitor privilegiado — no caso, o historiador, com o seu capital específico de conhecimento — divisar sob nova luz o seu objeto de análise, numa temporalidade passada. Nesta dimensão, o texto literário inaugura um plus como possibilidade de conhecimento do mundo. O mundo da ficção literária — este mundo verdadeiro das coisas de mentira— dá acesso para nós, historiadores, às sensibilidades e às formas de ver a realidade de um outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam. Isto implicaria não mais buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua concretude de “real acontecido”, mas de resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam.. (PESAVENTO, 2006, p. 7).

Portanto, é neste sentido que Barros (2020) enuncia que:

Um texto não surge apenas porque o seu *autor* - situado socialmente em determinado *lugar-tempo* - existe como possibilidade. Tampouco as *circunstâncias* de produção e reapropriação dos textos, se em parte os possibilitam e neles deixam as suas marcas, constituem tudo o que autoriza a expressão e afirmação de um texto, a sua assimilação e o seu formato final. Teríamos uma visão incompleta, entretanto, se não assinalássemos que os textos se tornam socialmente possíveis porque há *demandas sociais* que para isto concorrem (BARROS, 2020, p. 129).

Desta forma, Barros pontua que as fontes históricas, quaisquer que sejam os formatos que venham a assumir, ou o suporte que possibilitem a sua existência e o acesso a elas, são produzidas em um lugar dado, por agentes socialmente constituídos e/ou habilitados para atender às “demandas sociais” inerentes àquela produção textual, para particularizar o caso ora em exame. Diz ele:

Para além da época ou das ‘unidades de época’ em que podemos vislumbrá-lo, um autor está inserido necessariamente em uma sociedade — uma sociedade nacional, por exemplo, e uma sociedade mais específica, local e pertinente ao seu dia a dia, pronta a atingi-lo mais diretamente. Pode estar igualmente inscrito em uma instituição, uma classe social, uma categoria profissional, uma família. Ao lado disso, certa situação econômica e posição política podem ser evocadas para o seu delineamento. Um autor, por fim, relaciona-se com determinada construção identitária, elaborada por si mesmo e pelos outros, a qual se refere aos grupos nos quais *ele* pensa estar incluído ou nos quais os outros o incluem, bem como a aspectos diversos com os quais esse autor se identifica ou é identificado por outros (BARROS, 2020, p. 97).

Ao produzir a obra ora tomada como fonte histórica para perceber a Alagoinhas que Maria Feijó pretende retratar, ela deixa se entrecruzar os diversos aspectos pontuados na passagem acima transcrita, bem como se inscreve alguns dos grupos sociais que faz aparecer no seu arrazoado: é estudante de um curso Normal; faz-se professora; atua no processo de formação educativa de várias cidades do interior da Bahia; se insere entre aquelas professoras que também são bibliotecárias; emite opiniões políticas, então vedado a professoras primárias; participa de grupos carnavalescos na capital. Enfim, são várias as categorias sociais, culturais e profissionais nas quais transita, o que permite que ela seja formatada para receber “autorização social”, no sentido de desenvolver as suas atividades literárias. Aliás, cabe ressaltar que Maria Feijó já frequentava os meios “intelectuais” da cidade desde a sua adolescência, escrevendo em jornais locais, revistas estudantis, nele permanecendo até o fim

dos seus dias, tomando parte de academias e confrarias de letrados no Rio de Janeiro, onde fez quase toda a sua carreira de escritora.

Desse modo, Maria Feijó pode sim ser considerada entre os intelectuais, uma vez que a obra que aqui é tomada como “fonte histórica” procura discutir a sociedade alagoanhense, aquela sociedade provinciana, cuja elite econômica e social primava por um conservadorismo, sobretudo, no que dizia respeito à “moral” e aos “costumes”, contra o que a professora e literata se insurgia. Assim escreve Vidal Costa, fundamentando-se em proposições de Chauí (2006) e Said (2005)<sup>4</sup>:

O intelectual é comumente aquele que, intervindo com seu discurso e sua ação no espaço público, assume dois traços principais: a defesa dos valores (ou causas) universais — como justiça, verdade e liberdade — e a transgressão à ordem vigente. Quase sempre se espera que o intelectual seja ouvido e que, na prática, deva suscitar debate e, se possível, controvérsia. Nesse caso, o intelectual pode ser o escritor, o historiador, o filósofo, o cineasta, o artista, o político, desde que ele represente e articule ‘uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público’ (COSTA, 2009, p. 26-27).

Voltando a recorrer às formulações de Barros (2020), quando discorre sobre o lugar de produção da fonte histórica, indicando que determinados fatores podem incidir favorável ou desfavoravelmente sobre o processo de produção de um texto dado, por um autor, igualmente dado. Ele assegura que:

Um *autor*, tocado por certas *intertextualidades* e motivado ou autorizado por certas *circunstâncias*, pode escrever um texto. Este surgirá em um *lugar-tempo*, sem o qual não poderia existir. No entanto, esse texto poderá permanecer para sempre oculto aos olhos de uma sociedade. Muitos textos, ainda que magistrais, permaneceram escondidos em gavetas, ou depois de elaborados foram entregues “à crítica trituradora das traças”. Isso mostra que certas condições podem tornar possível a escrita de um texto, mas ainda não significa que este se projetará, minimamente que seja, em uma sociedade, ou que encontrará sequer um único e verdadeiro interlocutor. (BARROS, 2020, p. 131).

Talvez se possa inferir aqui que a longa fermentação da obra de Feijó poderia estar

---

<sup>4</sup> Costa se utiliza de trechos encontrados em CHAUI, Marilena. “‘Intelectual engajado: uma figura em extinção?’”. In: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 61; SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13 e 75.

relacionada à espera de um momento oportuno; um momento em que o seu arrazoado pudesse encontrar caminho livre para a sua circulação – ou, como diz Barros, uma espécie de “autorização social para existir”. Talvez estivesse aguardando um maior distanciamento no tempo e espaço, a considerar a longa estadia da autora no Rio de Janeiro. e, dos eventos que pretendia romancear, receosa de trazer elementos factuais que ampliasse ainda mais a rejeição e/ou incompreensão daqueles que sempre se lhe opuseram ressalvas ao seu modo de ser, de pensar, de agir e de viver, independente dos regramentos que pretendiam engessar lhe os movimentos. Tema que se pretende abordar em outro estudo a ser publicado com mais detalhes. Sobretudo, pelas questões de gênero e da escrita feminina.

Desta forma, no início da década de 1950, após abandonar o magistério primário, a jovem escritora se lança em busca de alargar seus horizontes culturais e se inserir efetivamente entre os intelectuais, rumando para a então Capital do Brasil, para nela viver como bibliotecária e escrever grande parte de sua obra. Ali, Maria Feijó construiu um lugar social, a partir do qual estruturou os lastros sobre os quais pôde receber o aval para produzir os seus textos, publicá-los e cativar leitores para com eles estreitar os laços de cooperação e de cumplicidade. Não é de mais salientar que ela contou com a simpatia e o apoio dos proprietários/redatores dos jornais locais, que acabaram por funcionar como viveiros nos quais, ainda nos seus tenros anos, semearam as sementes e viram crescer as primeiras mudas do seu bosque literário.

Nas obras “Alecrim de Tabuleiro” (1972) e “Pensionato Paraíso das Moças & outros fatos” (1988), o discurso foi elaborado em forma de textos diretos, nos quais a própria cronista era quase sempre uma das protagonistas das suas narrativas, envolvendo-se com as mais diversas situações, vivendo as mais diferentes circunstâncias. Neles, ela dá a conhecer suas formas de pensar, suas visões de mundo, seus hábitos, gostos e costumes, sempre se apresentando como agente ativo da narrativa. Suas observações acerca do desenvolvimento urbano da cidade natal; suas críticas mais ácidas a comportamentos de pessoas e/ou de grupos de pessoas; seus elogios mais rasgados a alguém e/ou a alguma coisa que lhe agrada, na cidade distante, que ela não perde de vista; mesmo os enlevos reminiscentes de tempos de há muito vividos, aparecem sem que ela procure esquivar-se à sua identidade ou esgueirar-se por trás de alguma árvore frondosa, para não ter seu rosto reconhecido.

No entanto, quando se toma a sua mais alentada obra e se percorre as oitocentas páginas de “Pelos Caminhos da vida ... de Uma Professora Primária”, nota-se que a escritora alagoinhense procura lançar mão de técnicas narrativas que lhe permitam sair do texto enquanto protagonista, colocando-se como aquela que dá voz a uma narradora, a partir de quem desenvolverá todo o trabalho de escrita do romance.

É esta, e não outra, a razão que leva a autora a afirmar que “As páginas que se seguem, apresentando semelhança com fatos e pessoas vivas ou mortas, é apenas coincidência...”. Contrariamente ao afirmado linhas atrás, nesta obra a escritora não apresenta como seus os conceitos emitidos em torno de questões espinhosas, que expressem os pontos de vista relacionados à moral, aos costumes, aos modos de ser e pensar a sociedade que busca retratar, nem se apresenta como protagonista direta da trama que constrói. Como já se afirmou páginas atrás, exemplificando com uma passagem encontrada nas últimas páginas da obra, Marta Lúcia é a narradora que Feijó usa como quem fala o que ela não queira ou não possa falar.

É assim que, na obra que aqui foi rapidamente apresentada ao egrégio leitor destas páginas, é possível perceber a existência em toda a sua elaboração “memorialística” os conceitos formulados sobre aquela Alagoinhas provinciana por ela representada; sobre o modo como a cidade era vista e pensada por ela; como era a vida entendida por ela; quais as leituras de mundo que já conseguia fazer, a partir da cidade que girava em torno da ferrovia, dos trapiches de fumo e dos curtumes, que eram elaborados e desenvolvidos por Feijó mas que eram reverberados por Marta e, mesmo, pela própria Maria Luísa Peixoto, aqui e ali, postos nas falas de alguns outros personagens da trama. Saliente-se que, ao desenvolver uma análise acerca dos escritos de Maria Feijó, não é demais lembrar que a Alagoinhas retratada, fotografada e descortinada em sua produção literária é aquela delineada pelos aportes urbanos de caráter modernizante, cujos traços por ela vistos tiveram os primeiros rabiscos levados a efeito nos inícios da década de 1920, talvez alguns poucos anos antes, visto que viajantes do final do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte demonstraram encantamento e surpresa ao ver as suas principais linhas e formas.

Mas aquilo que mais é percebido por ela, de modo a aparecer com a maior nitidez em diversas passagens das suas obras, situa-se precisamente no fato de que, ao longo do seu primeiro século de urbe emancipada, a despeito de ter experimentado razoáveis surtos de



desenvolvimentos econômicos, sociais, políticos e culturais, Alagoinhas tem um caráter inequivocamente conservador, conforme estudos historiográficos no que tange aos hábitos, costumes e concepções de mundo, na medida em que, não obstante haver um grupo disposto a ousar trazer novos elementos culturais; a quebrar os paradigmas sociais e políticos de há muito estabelecidos, há também uma força quase inquebrantável no sentido de manter o status quo, de modo a manter-se tudo no lugar em que foi posto antes. Portanto, é nesta perspectiva que, está em curso a escrita de uma obra historiográfica, a literatura produzida por Feijó, a partir da qual se fará uma reflexão a cerca dos processos de elaboração do texto literário publicado em 1978, urdido por sua autora, ao que parece, durante todo o tempo em que experimentara os labores de professora primária e, sobretudo, ao palmilhar os diversos caminhos que o seu ofício lhe impusera.

### Referências

- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos** Petrópolis, RJ : Vozes, 2019.
- BARROS, José D'Assunção. **A Fonte Histórica e seu lugar de produção** - Petrópolis, RJ Vozes, 2020
- BATISTA, Eliana Evangelista. **A normalista como interseção: escola, literatura, imprensa e estratégias políticas no Estado Novo** (Alagoinhas/ 1937-1945) .— Santo Antônio de Jesus, 2012, Dissertação.
- COSTA, Adriane Vidal. **Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, Garcia Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)** v Universidade Federal de Minas Gerais - Tese de Doutorado – Belo Horizonte - Mg, 2009.
- DAMASCENO, José Jorge Andrade. **Histórias e memórias de Alagoinhas pelos escritos de Maria Feijó —1972-1981** In: BATISTA, Eliana Evangelista (org). Alagoinhas: histórias e historiografia— Alagoinhas (BA): Quarteto / FIGAM, 2015 p. 115-130.
- Gagnebin, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever e esquecer**. — São Paulo: Editora 34, 2009 (2a Edição).
- FEIJÓ, Maria. **Pelos Caminhos da Vida de uma professora primária. Rio de Janeiro: Max, 1978.**

FEIJÓ, Maria. Alecrim do Tabuleiro - Crônicas evocativas de

**Alagoinhas.** Rio de Janeiro: Max, 1972.

FEIJÓ, Maria. **Pensionato Paraíso das Moças e outros fatos.** Rio de Janeiro: Max, 1988.

GAGNEBIN, Jeanne Marie; **História e narração em Walter Benjamin / Jeanne Marie Gagnebin.** — São Paulo Perspectiva, 2013. — (Estudos ; 142 / dirigida por J. Guinsburg)

GINZBURG, Carlo, 1939- **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história /** Caro Ginzburg ; tradução: Federico Carotti. — São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício /** Carlo Ginzburg;

tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. — São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_, **Os intelectuais Jean-François Sirinelli. In: Por uma história política /** Direção de René Rémond; tradução Dora Rocha. — 2. ed. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. p. 231-270

PESAVENTO, Sandra Jatahy. « **História & literatura: uma velha-nova história** », Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006, consulté le 26 janvier 2024. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1560>